

Respostas desproporcionais: de Gaza a Délhi

MARCELO DE PAIVA ABREU



Dois temas recentes, ambos com implicações para a política externa brasileira, suscitaram respostas desproporcionais: a de Israel em Gaza e a da Índia levando ao fracasso a negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que parecia ter sido concluída em Bali.

A nota brasileira a Israel, que mencionava preocupações com a resposta “desproporcional” à ameaça do Hamas oriunda de Gaza, foi duramente criticada pelo governo israelense e por muitos analistas. Quando se leva em conta que a ofensiva israelense acarretou mais de 1.700 mortos em Gaza, comparados com cerca de 65 soldados israelenses, não parece pouco razoável ressaltar a assimetria de tais perdas.

É fraca a crítica que se fez ao governo brasileiro de que a sua reação não guardou sintonia com a postura de Itamaraty em relação a outros temas, como Síria e Ucrânia. O que está em pauta não é a coerência da política externa brasileira, mas méritos e deméritos da resposta de Israel em Gaza. O que merece crítica na nota brasileira é a ausência de equilíbrio, ao deixar de mencionar a ameaça a Israel configurada pelo sistemático disparo de foguetes pelo Hamas. Te-

rá sido o desequilíbrio intencional, refletindo, mais uma vez, a diplomacia gestada no Palácio do Planalto e acatada no Palácio dos Arcos? Ou terá sido uma, menos provável, pura barbearagem, ao arrepiamento das melhores tradições do Itamaraty?

Uma visão equilibrada do conflito entre israelenses e palestinos deve levar em conta a exacerbação do radicalismo dos dois lados. Uma das piores consequências do radicalismo do Hamas é o estímulo ao radicalismo em Israel, com o aumento da influência de funcionários e militares ortodoxos no governo e nas forças armadas. O excelente documentário *The Gatekeepers*, baseado em entrevistas com ex-chefes do Shabak, serviço de inteligência interna de Israel, explicita as preocupações da elite israelense mais lúcida com essa tendência.

Já em Genebra, assistiu-se, em outro plano, a outro episódio de resposta desproporcional, protagonizado pela Índia, também com implicações para a política externa brasileira. Na reunião ministerial realizada em Bali, em dezembro do ano passado, havia sido negociado um acordo minimalista, com foco em facilitação de comércio. A OMC padecia de um processo de perda de credibilidade em vista da ausência de resultados da Rodada Doha, na esteira do fracasso da reunião ministerial de Genebra, de meados de 2008, marcada pela intransigência da Índia e da China. Era, pois, natural que Bali fosse comemorada como um ponto de reversão no processo de que-

da de credibilidade da organização.

A Índia, mal escudada na mudança de governo ocorrida desde então, de forma absurda, voltou atrás em relação aos compromissos assumidos em Bali? O cerne da dificuldade está nos substanciais subsídios agrícolas indianos justificados com base em argumentos de “segurança alimentar”. A Índia recusou-se a confirmar a aprovação do pacote de Bali, sem que concessões fossem feitas em relação à capacidade de economias em desenvolvimento subsidiarem a produção agrícola de subsistência. O melhor indicador de quão isolada foi sua posição é só ter sido apoiada por Bolívia, Cuba e Venezuela. Foi considerada pelos demais membros como resposta desproporcional a impasse provocado por seu próprio arrependimento.

O diretor-geral da OMC viu-se forçado a admitir o fracasso dos esforços de conciliação das diferenças entre a maioria dos membros e a Índia e seus aliados. Destacou, ainda, as sérias consequências do fracasso para a sobrevivência da organização como foro relevante e instou os membros a meditar sobre os objetivos futuros.

É mais um episódio em que a parceria estratégica entre Brasília e Nova Délhi revela-se incapaz de apalpar as diferenças substanciais entre os interesses substantivos dos dois países.

* DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE, É PROFESSOR TITULAR NO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO